

Relatório de Gestão 1º Semestre de 2023



Delta Gest
Capital

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	2
CONTEXTUAL NACIONAL	4
Angola	4
RELATÓRIO & CONTAS	5
i. Balancete 30 de Junho de 2023	5
i. Balanço Patrimonial	6
iii. Demonstração de Resultados	6
iv. Políticas Contabilísticas	7
v. Informação detalhada da carteira dos Organismos de Investimento Colectivo	11
Fundo Greenfield	11
Fundo Brownfield	12
iv. Actividades desenvolvidas no semestre	13
Actividade de Gestão da Sociedade	13
Actividades de Prospeção	14
Plano de Trabalho	15
Perspectivas para o segundo semestre de 2023	16
PARECER SOBRE AS CONTAS REPORTADAS A 30 DE JUNHO DE 2023 E O RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR EXTERNO	17
PARECER SOBRE AS CONTAS REPORTADAS A 30 DE JUNHO DE 2023 E O RELATÓRIO DE REVISÃO DO CONSELHO FISCAL	18

SUMÁRIO EXECUTIVO

A DeltaGest Capital - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo (SGOIC), também conhecida como "DeltaGest", é uma empresa com uma visão clara de ser a gestora de fundos de investimento mais credível e sustentável em Angola, comprometida em proteger o investidor e contribuir positivamente para a economia, sociedade e ambiente. A DeltaGest é guiada por valores sólidos de integridade, excelência e ética, destacando-se por oferecer soluções de investimento em CAPITAL DE RISCO, sendo pioneira nesse sector em Angola.

Apesar da prática de capital de risco ser relativamente nova no mercado angolano e trazer desafios, a DeltaGest enfrenta esse propósito com determinação e profissionalismo.

No primeiro semestre de 2023, deu-se início a uma fase operacional, focada na consolidação da constituição do fundo Greenfield. Além disso, as acções também se concentraram internamente, com investimentos em recursos humanos e ferramentas de gestão, visando estar melhor preparados para administrar os recursos confiados, aderindo aos mais altos padrões e boas práticas internacionais, em conformidade com a legislação.

O objetivo é ser uma gestora de fundos de capital de risco consciente, priorizando investimentos responsáveis que tragam benefícios tanto para os investidores quanto para a sociedade como um todo. Ao fomentar um ecossistema de negócios ético e socialmente responsável, pretende-se impulsionar o crescimento económico equitativo e contribuir para a construção de um futuro mais próspero e sustentável de Angola.

Projeta-se que os próximos anos serão cruciais para consolidar a posição da DeltaGest Capital como um veículo confiável de investimento no mercado Angolano.

Este relatório foi elaborado de acordo com os termos da alínea b) do número 1 da INSTRUÇÃO N.º 07/CMC/12-22 de 30 de Dezembro de 2022, com o propósito de fornecer informações relevantes sobre as atividades da DeltaGest a todas as nossas partes interessadas. Além de oferecer uma perspectiva financeira da situação patrimonial da DeltaGest, o relatório atende às divulgações obrigatórias conforme os requisitos estabelecidos pela Comissão do Mercado de Capitais.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O relatório das Nações Unidas "Situação Económica e Perspectivas Mundiais" do primeiro semestre de 2023 destaca um cenário de baixo crescimento global. O mesmo é referido pelo Banco Mundial no relatório "Global Economic Prospects" identificando como causas os efeitos prolongados dos choques negativos sobrepostos da pandemia, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa e o aperto significativo da política monetária para conter a alta inflação. O Banco Mundial projeta mesmo que o crescimento global desacelerará significativamente na segunda metade deste ano, e vai mais além, afirmando que a situação deve persistir, em 2024. As pressões inflacionárias persistem, e a política monetária rigorosa deve pesar consideravelmente na actividade económica. O recente estresse no sector bancário das economias avançadas também provavelmente diminuirá a actividade económica por meio de condições de crédito mais restritivas. A possibilidade de mais agitação bancária generalizada e uma política monetária mais rígida podem resultar em um crescimento global ainda mais fraco. O aumento dos custos de empréstimos nas economias avançadas pode levar a desequilíbrios financeiros nas economias emergentes e em desenvolvimento, mais

vulneráveis. Em países de baixa renda, em particular, as posições fiscais estão a tornar-se cada vez mais precárias. É necessária uma ação abrangente de políticas a nível global para promover a estabilidade macroeconómica e financeira.

Entre as muitas economias emergentes e em especial em países de baixa renda, fortalecer a sustentabilidade fiscal exigirá gerar receitas mais altas, tornar os gastos mais eficientes e melhorar as práticas de gestão da dívida. A cooperação internacional contínua também é necessária para combater as mudanças climáticas, apoiar as populações afectadas por crises e fome e fornecer alívio da dívida quando necessário. No longo prazo, reverter uma projeção de declínio no crescimento potencial das economias emergentes e em desenvolvimento exigirá reformas para fortalecer o capital físico e humano, bem como o crescimento da oferta de trabalho.

Enquanto isso, a economia Angolana experimentou algum crescimento, seguindo a tendência de 2022, impulsionada pelo preço do petróleo e medidas de diversificação económica adoptadas pelo Executivo. Manteve-se o controle da inflação, no entanto, a desvalorização da moeda nacional no primeiro semestre de 2023 vai impactar o desempenho económico do país, requerendo uma política monetária restritiva para controlo da inflação e lidar com os impactos nas finanças públicas.

As perspectivas Económicas Globais continuam a indicar um logo e difícil caminho de recuperação. Após os sinais de recuperação económica em 2021, o crescimento global sofreu uma desaceleração significativa devido à guerra na Ucrânia, resultando em uma queda para cerca de 3,4% em 2022 e projetando-se para menos de 3% em 2023. Há diferenças notáveis entre os grupos de países, com economias emergentes da Ásia mostrando mais resiliência em comparação com os EUA e a área do euro, que enfrentam desaceleração e pressões inflacionárias. Resumidamente as três Ações Prioritárias para a retoma das perspectivas de crescimento a curto e médio prazo, são: a) Combate à Inflação e Estabilidade Financeira; b) Melhoria das Perspectivas de Médio Prazo para o Crescimento; c) Promover a Solidariedade para Reduzir Disparidades Mundiais.

A guerra na Ucrânia continuou a ser o principal tema da geopolítica global dadas as implicações significativas para a economia regional e global.

A economia chinesa manteve um crescimento robusto no primeiro semestre de 2023, apesar de um ritmo ligeiramente mais lento. O governo chinês enfrenta o desafio de equilibrar o crescimento económico com a contenção dos riscos financeiros e inflacionários. As tensões comerciais com os Estados Unidos persistem, afectando as trocas comerciais bilaterais.

A maioria dos principais bancos centrais procurou, tanto quanto possível, adoptar uma postura de política monetária acomodatória na maior parte do primeiro semestre de 2023, evitando a todo o custo aumentar as taxas de juros para estimular o crescimento. No entanto, o aumento das pressões inflacionárias tem levado a alguns bancos centrais, como o Banco Central Europeu que subiu a taxa de juro de referência em 0,25 pontos percentuais (p.p), seguiu-se mais recentemente o Federal Reserve, decidiu, sem surpresa, retomar o ciclo de alta de juros americanos, contrariamente a posição de 14 de Junho de 2023, onde havia optado por manter a taxa inalterada para mapear os impactos oriundos da política monetária restritiva. O Fed deve agora avaliar a necessidade de novos aumentos ao longo do segundo semestre, sendo expectável que mantenha os juros elevados por muito tempo.

Contexto Nacional

Angola

Para 2023, as perspectivas eram de certa forma animadoras, mas em resultado do actual contexto de desvalorização da moeda nacional, que se observou no final do primeiro semestre de 2023, as projecções económicas do Executivo e FMI poderão ser revistas em baixo. Assim, a depreciação cambial poderá impactar o desempenho global da economia nacional, no quadro do reforço da política monetária restritiva, de um ciclo inflacionista mais persistente e nos respectivos impactos nas finanças públicas do país.

Em termos de política monetária, em virtude dos indicadores de inflação verificados em 2022 e no início de 2023, o BNA estava a levar a cabo uma redução da taxa básica de juro, tendo sido fixada em 17% no Comité de Política Monetária do BNA realizado no dia 26 de Março de 2023, que já tinha sido reduzida em 300 pontos bases desde o Comité de Política Monetária realizado em 29 de Julho de 2022. Face ao actual contexto macroeconómico, estima-se que este cenário de redução da taxa básica de juro seja invertido. A título ilustrativo, a taxa LUIBOR a 3 meses, que ascendia a 12,28% no fecho de 2022, tem vindo a subir de forma significativa ao longo do ano de 2023, estando actualmente a rondar os 21%, depois de ter fechado no mês de Maio de 2023, com um valor a rondar os 14,5%.

Para 2023, a economia angolana deverá crescer em torno de 2,6% e 3,5% de acordo com as últimas projecções do Banco Mundial e do FMI, respectivamente.

Embora os números não sejam tão pessimistas, o ano de 2023 está a ser marcado pela reestruturação da arquitectura do mercado, com a saída das Instituições Financeiras Bancárias da qualidade de membros de negociação, e com a entrada das Sociedades Correctoras e Distribuidoras. Este processo trará desafios de curto prazo, sejam eles financeiros, regulatórios ou mesmo operacionais, mas estamos convencidos que não teremos uma evolução negativa do volume de negociação e que, a longo prazo, o mercado ganhará uma maior dinâmica, com players focados apenas no amadurecimento do mercado.

Variáveis Macroeconómicas	2020	2021	2022		OGE
			OGE	PME*	2023
Inflação	25,1	27,0	18,0	14,4	11,1
Produção Petrolífera (mil Bbl)/dia	1271,0	1124,5	1147,9	1147,9	1180,0
Produção Petrolífera (MBbl)	463,9	419,4	419,0	419,0	430,7
Preço Médio Petróleo (USD/Bbl)	41,3	71,2	59,0	100,0	75,0
Preço Médio Gás Anual (Mil BOEPD)	116,0	128,9	134,2	116,3	137,0
Preço Médio LNG (USD/BOE)	29,2	38,0	33,0	57,0	39,0
* Programação Macroeconómica Executiva					

RELATÓRIO & CONTAS

i. Balancete 30 de Junho de 2023

Conta	Descrição	Débito (Acum.)	Crédito (Acum.)	Saldo (Acum.)
11	Conta 11	71 425 474,06	48 431 982,92	22 993 491,14
110	Disponibilidades	71 425 474,06	48 431 982,92	22 993 491,14
11010	Numerário	3 223 695,52	3 001 681,22	222 014,30
110101	Numerário-Fundo Fixo	3 223 695,52	3 001 681,22	222 014,30
11020	Disponibilidades em Instituições Financeiras	68 201 778,54	45 430 301,70	22 771 476,84
1102010	Depósitos à Ordem em Moeda Nacional	68 201 778,54	45 430 301,70	22 771 476,84
16	Conta 16	36 434 326,22	36 434 326,22	0,00
160	CRÉDITOS	36 434 326,22	36 434 326,22	0,00
16040	Valores a Receber de Sociedades Geridas	36 434 326,22	36 434 326,22	0,00
1604010	Comissão de Gestão	27 684 326,22	27 684 326,22	0,00
1604030	Comissão de Subscrição	8 750 000,00	8 750 000,00	0,00
17	Conta 17	23 496 743,83	6 771 371,91	16 725 371,92
170	NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES	23 496 743,83	6 771 371,91	16 725 371,92
17020	Diversos	23 496 743,83	6 771 371,91	16 725 371,92
1702020	Devedores Diversos	23 496 743,83	6 771 371,91	16 725 371,92
18	Conta 18	476 990,00	13 249,72	463 740,28
180	ACTIVOS IMOBILIÁRIOS	476 990,00	13 249,72	463 740,28
18060	Activos Fixos Tangíveis das Sociedades	476 990,00	13 249,72	463 740,28
1806030	Outros Activos Fixos Tangíveis	476 990,00	0,00	476 990,00
1806050	(-) Depreciações Acumuladas	0,00	13 249,72	13 249,72
26	Conta 26	76 811 026,68	106 040 798,19	29 229 771,51
260	OUTRAS OBRIGAÇÕES	76 811 026,68	106 040 798,19	29 229 771,51
26020	Outras Obrigações de Natureza Fiscal	6 806 857,00	8 622 236,58	1 815 379,58
2602020	Impostos a Pagar	6 806 857,00	8 622 236,58	1 815 379,58
26030	Empréstimos Obtidos	20 500 000,00	20 500 000,00	0,00
2603050	Outros	20 500 000,00	20 500 000,00	0,00
26060	Diversos	49 504 169,68	76 918 561,61	27 414 391,93
2606050	Credores Diversos	49 504 169,68	76 918 561,61	27 414 391,93
27	Conta 27	30 454 000,00	30 454 000,00	0,00
270	NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES	30 454 000,00	30 454 000,00	0,00
27040	Accionistas	30 454 000,00	30 454 000,00	0,00
2704010	Accionistas com subscrição	30 454 000,00	30 454 000,00	0,00
51	Conta 51	117 828 553,86	149 514 000,00	31 685 446,14
510	Património Líquido	117 828 553,86	149 514 000,00	31 685 446,14
51010	Capital	30 454 000,00	131 598 000,00	101 144 000,00
5101010	Capital Social-Subscrito	0,00	80 000 000,00	80 000 000,00
5101040	(-) Capital a Realizar	30 454 000,00	30 454 000,00	0,00
5101051	Prestacoes suplementares	0,00	21 144 000,00	21 144 000,00
51030	Unidades de Titularização	0,00	17 916 000,00	17 916 000,00
5103030	Variações Face ao Valor Nominal	0,00	17 916 000,00	17 916 000,00
51080	Resultado Líquido do Exercício	87 374 553,86	0,00	87 374 553,86
5108021	RLE 2021	540 200,00	0,00	540 200,00
5108022	RLE 2022	86 834 353,86	0,00	86 834 353,86
61	Conta 61	8 725 993,22	25 555 614,53	16 829 621,31
610	PROVEITOS	8 725 993,22	25 555 614,53	16 829 621,31
61010	Juros e Outros Rendimentos	8 725 993,22	23 600 993,22	14 875 000,00
6101070	Comissões	8 725 993,22	23 600 993,22	14 875 000,00
61030	Rendimentos de Câmbio	0,00	1 954 621,31	1 954 621,31
6103020	Rendimentos de Outros Activos em Moedas Estrangeiras	0,00	1 954 621,31	1 954 621,31
62	Conta 62	46 545 508,20	8 983 272,58	37 562 235,62
620	DESPESAS	46 545 508,20	8 983 272,58	37 562 235,62
62050	Impostos	2 251 420,94	427 000,00	1 824 420,94
6205010	Pagos em Angola	2 251 420,94	427 000,00	1 824 420,94
62060	Comissões	1 111 152,00	0,00	1 111 152,00
6206050	Outras Comissões	1 111 152,00	0,00	1 111 152,00
62080	Custos e Perdas Operacionais	42 050 067,36	8 336 600,00	33 713 467,36
6208010	Prestação de Serviços	19 012 567,64	3 050 000,00	15 962 567,64
6208020	Custos com Pessoal	23 024 250,00	5 286 600,00	17 737 650,00
6208030	Amortizações e Depreciações	13 249,72	0,00	13 249,72
62090	Outros Custos e Perdas	1 132 867,90	219 672,58	913 195,32
6209062	Diferenças Cambio nao realizadas	0,00	219 672,58	219 672,58
6209067	Despesas Bancárias	326 936,98	0,00	326 936,98
6209078	Correcções de Exercícios Anteriores	805 930,92	0,00	805 930,92
6209078	Correcções de Exercícios Anteriores	805 930,92	0,00	805 930,92

i. Balanço Patrimonial

DELTAGEST CAPITAL - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLECTIVO,S.A
BALANÇO INDIVIDUAL A 30 DE JUNHO DE 2023

(Montantes expressos em kwanzas AOA excepto quando expressamente indicado)

RUBRICAS	30-06-2023			31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor bruto	Imparidades e amortizações	Valor líquido
ACTIVO						
Disponibilidades	22 993 491		22 993 491	20 307 211		20 307 211
Numerário	222 014		222 014	-		-
Disponibilidades em IF	22 771 477		22 771 477	-		-
Créditos	7 080 122		7 080 122	-		-
Valores a receber de sociedades geridas	6 771 372		6 771 372	-		-
Outros valores a receber	308 750		308 750	-		-
Negociação e intermediação de valores	9 954 000		9 954 000	-		-
Devedores Diversos	9 954 000		9 954 000	14 380 518		14 380 518
Activos Imobiliários	463 740		463 740	-		-
Devedores Diversos	463 740		463 740	-		-
Total do Activo	40 491 353		40 491 353	34 687 729		34 687 729
PASSIVO						
Outras Obrigações	1 815 380		1 815 380	-		-
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	1 815 380		1 815 380	1 478 116		1 478 116
Diversos	27 723 142		27 723 142	31 140 393		31 140 393
Credores Diversos	27 723 142		27 723 142	-		-
Total do Passivo	29 538 522		29 538 522	32 618 508,93		32 618 508,93
FUNDOS PRÓPRIOS						
Património Líquido						
Capital	101 144 000		101 144 000	-		-
Capital Social - Subscrito	80 000 000		80 000 000	88 606 000		88 606 000
Capital Social - A Realizar	-		-	-		-
Prestações Suplementares	21 144 000		21 144 000	-		-
Prémio de Emissão	17 916 000		17 916 000	-		-
Lucros e Prejuízos acumulados	(87 374 554)		(87 374 554)	(540 200)		(540 200)
Resultado Líquido do Exercício	(20 732 614)		(20 732 614)	(85 996 580)		(85 996 580)
Total dos Capitais Próprios	10 952 832		10 952 832	2 069 220,14		2 069 220,14
Total do Passivo e dos Capitais Próprios	40 491 353		40 491 353	34 687 729,07		34 687 729,07

iii. Demonstração de Resultados

DELTAGEST CAPITAL - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMO DE INVESTIMENTO COLECTIVO,S.A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 30 DE JUNHO DE 2023

RUBRICAS	30-06-2023	31-12-2022
PROVEITOS		
Juros e outros Rendimentos		
Comissões	14 875 000	
Comissão de Subscrição	8 750 000	
Comissão de Gestão	6 125 000	
Rendimentos de câmbio	1 954 621	
Rendimentos de Outros Activos em Moeda Estrangeira	1 954 621	
TOTAL DE PROVEITOS	16 829 621	
DESPESAS		
Impostos	1 824 421	844 764
Comissões	1 111 152	504 000
Custos e Perdas Operacionais	33 713 467	
Custos com Pessoal	17 737 650	61 820 800
Prestação de Serviços	15 962 568	19 581 061
Amortizações e Depreciações	13 250	
Outros Custos e Perdas	913 195	3 245 954
TOTAL DE DESPESAS	37 562 236	85 996 580
APURAMENTO DO RESULTADO	(20 732 614)	(85 996 580)

iv. Políticas Contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações da Sociedade para o exercício em 30 de Junho de 2023 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, plenitude e comparabilidade.

A base de valorimetria global adoptada é a do custo histórico com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor.

A Sociedade Gestora administrava a 30 de Junho, dois Fundos, o Greenfield FCR e o Brownfield FCR. Ambos autorizados em 19 de Julho de 2022. O Greenfield FCR já havia sido devidamente constituído e está operacional. No entanto, o processo de constituição do Brownfield FCR ainda estava em curso e este fundo ainda não havia sido formalmente estabelecido até o final do período mencionado.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida Regulamento n.º 9-16_Plano de Contas, aprovado pela C.M.C (Comissão do mercado de capitais), bem como os princípios gerais e fundamentais da contabilidade.

De acordo com a "Instrução N.º 06/CMC/12-22", em particular o referido na alínea b) do número 1, relativo à obrigatoriedade de missão do relatório e contas semestral, optou-se por incluir somente a Demonstração de Resultados e o Balanço e não se incluirão as notas explicativas e o mapa de fluxo de caixa.

Assim, o Balanço e a Demonstração de Resultados da Deltagest evidenciam em 2022, apenas os custos operacionais necessários à prossecução do objectivo referido anteriormente, ou seja, a constituição dos FCR e apoio na captação de investidores.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- (i) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou se for assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- (ii) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um activo de valor igual ou maior;
- (iii) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- (iv) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

As despesas, por sua vez, são consideradas incorridos quando:

- (i) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- (ii) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- (iii) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para AOA à taxa de câmbio indicativa publicada pelo Banco Nacional de Angola ("BNA") na data da transacção.

As taxas de câmbio usadas para a valorimetria de activos e passivos cujo valor esteja dependente das flutuações da moeda estrangeira são as seguintes:

Moeda	30-06-2023
Euro (EUR)	899,22
Dólar Americano (USD)	822,94

Os activos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para AOA à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data de Balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na Demonstração de Resultados do exercício que ocorrem.

c) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições financeiras.

d) ACTIVOS

Activos Tangíveis:

O Activo Tangível encontra-se registado ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Custos e perdas operacionais". As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

Sempre que o valor líquido contabilístico do activo tangível exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

Activos Intangíveis:

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da sociedade. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos

e) REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE OUTROS ACTIVOS (IMPARIDADE):

A Sociedade avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados. A Sociedade avalia a recuperabilidade dos valores devidos através da análise da degradação da qualidade creditícia do(s) devedor(es).

f) BENEFÍCIOS A COLABORADORES:

Provisão para subsídio de férias. A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, a Sociedade releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

g) RECONHECIMENTO DE PROVEITOS RESULTANTES DE SERVIÇOS E COMISSÕES

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos

h) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros incluem o efeito dos impostos correntes a taxa de 25% e impostos diferidos

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

(i) IMPOSTOS CORRENTES

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo estender-se até dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a exercícios anteriores venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras

PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma

estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Passivos contingentes

Caso a Sociedade tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando: (i) a Sociedade tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo da Sociedade; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que a Sociedade tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Activos contingentes

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

i) REGIME FISCAL

À Sociedade Gestora, aplica-se o disposto no Decreto Legislativo Presidencial nº 1/14, que regula o regime fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Colectivo.

j) FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos de preparação da Demonstração de Fluxos de Caixa, a Sociedade Gestora considera como disponibilidades o total do saldo da rubrica de Disponibilidades.

k) PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As contas da Sociedade integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada. Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração da Sociedade, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.



Syuz Carolina Januário Gaspar

(Técnica Contas - Inscrição nº 20151892)



A Administração

v. Informação detalhada da carteira dos Organismos de Investimento Colectivo



Fundo Greenfield

Informações Gerais		
Data de Autorização	19 de Julho 2022	
Data de Constituição	19 de Janeiro 2023	
Número de Registo na CMC	01/FCR/CMC/07-2022	
Características do Fundo	ESG – Ambiente, Sustentabilidade e Governação	
Tipo de Fundo	OIC Capital de Risco fechado	
Tipo de Subscrição do Fundo	Subscrição particular	
Moeda de Relato	Kwanza	
Valor Total do Fundo		Kz 350 000 000
Valor Unitário da UP		Kz 12 500
Montante mínimo de Subscrição	Categoria A	Kz 50 000 000
	Categoria B	Kz 12 500 000
Produtos	Participações sociais e instrumentos de dívida nas sociedades participadas	
Duração	10 anos	
Prazo de Início de comercialização	19 de Julho 2022	
Entidades Envolvidas	DeltaGest Capital, SGOIC	
Entidade Gestora	DeltaGest Capital, SGOIC	
Entidade Depositária	Banco BAI	
Auditor	PricewaterhouseCoopers Angola, Limitada	



Fundo Brownfield

Informações Gerais		
Data de Autorização	19 de Julho 2022	
Data de Constituição	Ainda não constituído – Data-limite 19 de Julho 2023	
Número de Registo na CMC	02/FCR/CMC/07-2022	
Características do Fundo	Ganhos Financeiros	
Tipo de Fundo	OIC Capital de Risco fechado	
Tipo de Subscrição do Fundo	Subscrição particular	
Moeda de Relato	Kwanza	
Valor Total do Fundo	Kz 7 500 000 000	
Valor Unitário da UP	Kz 12 500	
Montante mínimo de Subscrição	Categoria A	Kz 50 000 000
	Categoria B	Kz 12 500 000
Produtos	Participações sociais e instrumentos de dívida nas sociedades participadas	
Duração	5 anos	
Prazo de Início de comercialização	19 de julho 2022	
Entidades Envolvidas	DeltaGest Capital, SGOIC	
Entidade Gestora	DeltaGest Capital, SGOIC	
Entidade Depositária	Banco BAI	
Auditor	PricewaterhouseCoopers Angola, Limitada	

iv. Actividades desenvolvidas no semestre



Figura 1 - Destaque dos semestre

Actividade de Gestão da Sociedade

No decurso do primeiro semestre de 2023, a equipa da DeltaGest empenhou-se em diversas actividades para fortalecer a governança, a segurança informática e o cumprimento de normas éticas e regulatórias.

Dentre os principais procedimentos internos desenvolvidos, destacam-se:

1. Procedimento de Branqueamento de Capitais: Foi criado e implementado o Procedimento D.BC01_Rev0, estabelecendo diretrizes rigorosas para prevenção e deteção de atividades ilícitas relacionadas com o branqueamento de capitais. O objetivo deste procedimento é orientar a atividade da DeltaGest na prevenção e combate ao branqueamento de capitais, cooperando com autoridades responsáveis e promover a divulgação de informações relevantes para os stakeholders.
2. Procedimento de Compliance: O Procedimento D.EC01_Rev0 foi criado e aplicado, reforçando a importância da conformidade com as regulamentações e diretrizes internas e externas, visando assegurar a integridade e ética nas práticas da sociedade. Ele estabelece princípios, conceitos e valores para garantir o cumprimento das normas vigentes e das políticas relacionadas com os investimentos e a gestão de OICs.
3. Código de Ética: O Procedimento D.EC02_Rev0, contendo o Código de Ética, foi implementado para orientar e garantir comportamentos éticos por parte de todos os colaboradores da empresa. Esse procedimento estabelece princípios éticos e profissionais aplicáveis a todos os colaboradores, membros da Administração, prestadores de serviços, trainees e estagiários da DeltaGest.
4. Gestão de Risco: O Procedimento D.GR01_Rev0 adotou medidas para identificar e gerir riscos, assegurando a estabilidade e a sustentabilidade das operações. Este procedimento estabelece os princípios, conceitos e valores para orientar a actividade da sociedade e colaboradores na gestão de risco, incluindo a revisão periódica da matriz de riscos e a avaliação quantitativa dos riscos prioritários.
5. Governança Corporativa: O Procedimento D.QP02_Rev0 foi desenvolvido para estabelecer princípios de boa governança, visando aprimorar o desempenho da empresa e fortalecer a

relação com os stakeholders. Este procedimento está relacionado com a gestão documental, mantendo a informação organizada através de uma gestão funcional dos documentos, garantindo a sua atualização e recuperação eficiente.

6. Segurança Informática: Foram implementadas acções com base no Procedimento D.SG02_Rev0 para proteger os sistemas e informações da sociedade contra ameaças cibernéticas. Este procedimento visa orientar a atividade informática e digital da gestão de OICs, garantindo a segurança das operações.

Além disso, a equipa da SGOIC foi reforçada com a adição de uma Office Manager, contribuindo para a gestão eficiente das operações administrativas. Também foi contratado um consultor financeiro para oferecer suporte e assessoria em assuntos financeiros, contribuindo para uma gestão mais estratégica.

Destaca-se ainda a elaboração do Relatório de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa. Esse relatório assegura o cumprimento das obrigações legais e regulatórias, bem como reforça a postura de responsabilidade social da Sociedade.

Acreditamos que todas essas iniciativas fortalecerão ainda mais a posição da SGOIC no mercado financeiro, garantindo o cumprimento das melhores práticas e oferecendo aos nossos clientes um ambiente seguro e ético para as suas operações.

Actividades de Prospeção

No âmbito das ações de captação e análise de oportunidades, a equipe da DeltaGest participou activamente de vários eventos de apresentação (pitch presentations), onde teve a oportunidade de interagir com empreendedores e a comunidade de apoio ao empreendedorismo. Esses eventos foram essenciais para estabelecer conexões significativas com potenciais candidatos ao Fundo e para entender melhor o cenário empreendedor em Angola.

Ao tomar contacto directo com empreendedores, a equipe da DeltaGest pôde avaliar de perto a inovação e o potencial de crescimento das startups e projetos apresentados. As apresentações permitiram uma análise mais aprofundada das oportunidades de investimento, bem como uma maior compreensão dos desafios e necessidades dos empreendedores no mercado local.

Além disso, a participação em eventos de pitch presentations proporcionou à DeltaGest Capital uma maior visibilidade no ecossistema empreendedor de Angola. Isso permitiu a construção de parcerias estratégicas e a ampliação da rede de contatos, facilitando o acesso a oportunidades exclusivas de investimento e promovendo uma maior sinergia com os atores-chave no mercado.

Essa abordagem activa e engajada de participar desses eventos demonstra o compromisso da DeltaGest em ser uma gestora de fundos de capital de risco diferenciada e voltada para o crescimento sustentável. A DeltaGest está empenhada em explorar todas as possibilidades e encontrar as melhores oportunidades de investimento para seus potenciais investidores, ao mesmo tempo em que apoia o desenvolvimento e o fortalecimento do ecossistema empreendedor em Angola. Com esse enfoque estratégico, a DeltaGest Capital continua a se posicionar como uma referência no mercado, impulsionando o crescimento de negócios inovadores e contribuindo para o progresso económico do país.

Plano de Trabalho

Em Fevereiro de 2023, a DeltaGest Capital embarcou num processo estruturado e metucioso para o desenvolvimento do Fundo Greenfield. Definindo um cronograma detalhado com as várias etapas para encontrar as oportunidades para a composição do Fundo.

O primeiro passo foi o "Desenvolvimento de formulários online" para receber as candidaturas dos Potenciais Investidores interessados no Fundo. Seguiu-se a depois o "Desenvolvimento de acções de Marketing e Publicidade", incluindo duas publicações no Jornal Expansão.

Paralelamente, foram realizadas as actividades de "Análise inicial das Candidaturas recebidas", onde os critérios de seleção foram verificados.

Durante esta fase, foram identificados um total de 24 prospectos promissores para potenciais investimentos. Dentre esses, 19 prospectos atenderam aos critérios definidos e passaram por uma avaliação qualitativa criteriosa.

Com base nessa avaliação qualitativa, 8 prospectos foram selecionados para avançar para a próxima etapa e foram preparados para serem apresentados no presentation pitch.

Além disso, no intuito de garantir decisões embasadas em dados concretos, a avaliação quantitativa dos prospectos está em andamento para 4 deles. Esse processo visa analisar criteriosamente os aspectos financeiros e números envolvidos em cada projeto, fornecendo uma visão mais objetiva e precisa para auxiliar na tomada de decisão.

Nesse sentido, é importante destacar que um dos prospectos já avançou significativamente no processo de avaliação e encontra-se em fase de Due Diligence. Essa etapa, que requer uma análise detalhada dos aspectos financeiros, jurídicos e operacionais do projeto, representa um passo importante para garantir a segurança e o rigor das nossas escolhas de investimento.

Prospectos	Avaliação Qualitativa	Pitch	Avaliação Quantitativa	Due diligence
24	19	8	4	1

Além das ações mencionadas anteriormente, a DeltaGest tem se concentrado na avaliação de oportunidades de investimento, ligadas a sectores económicos ligado a as estruturas sociais da população, nomeadamente, estruturas produtivas medicamentosas e fontes de energia renovável e sustentável.

Perspectivas para o segundo semestre de 2023

Para o segundo semestre, temos como principal foco dar continuidade ao processo de análise dos prospectos selecionados para investimento de forma mais aprofundada. O objetivo é validar cuidadosamente os critérios de investimento do Fundo, garantindo que todas as informações relevantes sejam consideradas para a tomada de decisão.

Nesse sentido, planeamos iniciar a preparação do MIP (Memorando de Informações Preliminares) para os prospectos que atenderam aos critérios de investimento estabelecidos. O MIP é uma etapa crucial que visa fornecer aos potenciais investidores informações mais detalhadas sobre os projetos em análise, apresentando uma visão completa do negócio, suas perspectivas e os riscos envolvidos.

Ao longo do semestre, as nossas metas são bem definidas e pretendemos conduzir um total de 3 Due Diligences minuciosas, garantindo uma análise aprofundada dos aspectos financeiros, legais e operacionais de cada projeto em consideração.

Além disso, temos o objectivo de realizar 3 aquisições de sucesso no período, concretizando portanto, os investimentos que estiverem em total alinhamento com os objectivos e a estratégia do Fundo, no caso, oportunidades de alto potencial e impacto positivo na economia e sociedade.

Esse cronograma rigoroso reflete a dedicação da DeltaGest Capital no desenvolvimento do Fundo de Investimento e sua busca por oportunidades promissoras. A empresa está comprometida em tomar decisões informadas e criteriosas, garantindo a eficiência e a transparência em todo o processo. Com a consolidação das atividades, a DeltaGest Capital se fortalece como um veículo confiável de investimento no mercado angolano.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João P F Saraiva dos Santos – Presidente



Paulo Bernardino – CFO



Guiomar Lopes – CLO

Parecer sobre as contas reportadas a 30 de Junho de 2023 e o relatório de revisão do auditor externo



Relatório de Revisão Limitada

Ao Conselho de Administração da
Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

Introdução

1 Procedemos à revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2023 que evidencia um total de 40 491 353 Kwanzas e um total de fundos próprios de 10 952 832 Kwanzas, incluindo um prejuízo do exercício de 20 732 614 Kwanzas, a Demonstração de Resultados do exercício findo naquela data.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras intercalares isentas de distorção material devido a erro ou a fraude.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre estas demonstrações financeiras intercalares. A revisão limitada a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola sobre Trabalhos de Exame Simplificado - Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar pelo Auditor Independente da Entidade. Aquela norma requer que concluamos sobre se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras, no seu todo, não estão preparadas, em todos os aspectos materialmente relevantes, em conformidade com a estrutura de relato financeiro aplicável. Esta norma exige igualmente que demos cumprimento a todos os requisitos éticos relevantes.

4 Uma revisão limitada em conformidade com as Normas Técnicas consiste num trabalho destinado a proporcionar um nível de segurança moderada. O auditor executa procedimentos que consistem principalmente em indagações ao Conselho de Administração e a outros no seio da Empresa conforme apropriado, na aplicação de procedimentos analíticos e na avaliação da evidência obtida.

5 Os procedimentos executados numa revisão limitada são substancialmente mais reduzidos do que os procedimentos executados numa auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras intercalares.

Conclusão

6 Com base na nossa revisão limitada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima não apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. em 30 de Junho de 2023 e o seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Outras Matérias

7 Sem afetar a nossa opinião, expressa no parágrafo 6 acima, salientamos que as demonstrações financeiras do exercício (demonstração de resultado do exercício) de 30 de Junho de 2022 não foram objeto de revisão limitada.

Luanda, 31 de Agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola sob o nº E20170010
Representada por:



Ricardo Santos, Perito Contabilista n.º 20120086

Parecer sobre as contas reportadas a 30 de Junho de 2023 e o relatório de revisão do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Estimados Srs. Accionistas da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

1. De acordo com as disposições legais e estatutárias, cabe ao Conselho Fiscal elaborar e emitir um parecer sobre os documentos de prestação de contas da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., referentes ao período terminado em 30 de junho de 2023.
2. Ao longo deste exercício fiscal, o Conselho Fiscal disponibilizou-se a cumprir diligentemente as suas atribuições, como seja, as verificações regulares nas contas, análise dos actos de gestão mais relevantes da DeltaGest, garantir o cumprimento das normas legais e estatutárias em vigor. Não houve, neste período, solicitações de esclarecimento e informações ao Conselho de Administração.
3. Analisamos minuciosamente e concordamos integralmente com o conteúdo do relatório de revisão limitada emitido pela sociedade Pricewatercoopers (Angola) Lda., considerando-o plenamente reproduzido neste parecer.
4. No âmbito das nossas funções, examinamos o Balanço em 30 de junho de 2023, bem como as demonstrações de resultados, políticas contabilísticas e critérios de valorização adoptados.

4. Parecer:

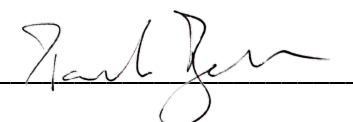
Com base no exposto anteriormente e após o exame dos documentos mencionados nos pontos anteriores, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação das demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2023.

Por último, expressamos o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração pela disponibilidade em colaborar e prestar apoio à nossa função.


Luanda, 30 de agosto de 2023

O Conselho Fiscal

Ricardo Reis – Presidente do Conselho Fiscal



Paulo Pizarro – Vogal



Ricardo Soares – Vogal e Perito Contabilista